

A CONSCIENTIZAÇÃO DO INDIVÍDUO DENTRO DE UMA SOCIEDADE DE CONSUMO

Amanda Miranda Tupiná
Emanuelly Jackeliny Pissinati Martins*
Emeline Fabricia Dias
Hellen Maysa Reis Almeida
Tamara Natácia Ferrari Mulari
Sylvia Mara Pires de Freitas

Historicamente, as descobertas de novas formas de produção acarretaram mudanças na vida econômica e social. Assim, de acordo com Meyer (2006) foi na Revolução Industrial, alavancada pelas novas descobertas como as máquinas e a locomotiva a vapor, que a produtividade foi acelerada e a sociedade mudou significativamente. Com o êxodo rural, as condições de trabalho e a vida na cidade se tornaram inumanas, demarcadas pelas más condições de trabalho, pela fadiga e pelos acidentes de trabalho. Com o advento da tecnologia, aprioristicamente voltada para auxiliar os trabalhadores, acabou tornando o trabalho uma atividade mecanizada, mais especializada e a sociedade claramente se dividiu em classes (burguesia industrial e proletariado), conforme apresenta Hobsbawm (1996). A concepção de homem repousava sob um homem dicotomizado entre corpo e consciência. Um corpo que se confundia com a máquina e uma consciência negada.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve grandes avanços na ciência e tecnologia de modo que o trabalho se tornou mais complexo e passou a ser realizado em redes. As pessoas tornam-se, neste momento, capital humano. As mudanças intensas e velozes na tecnologia demarcaram a sofisticação tecnológica e a transposição dos limites espaciais e temporais das barreiras sociais, culturais e políticas e, com isso, provocou a queda da sociedade industrial e a ascensão da sociedade do conhecimento, em vigência hodiernamente.

Durante as três décadas que se seguiram à II Guerra Mundial, as economias voltaram-se para a produção e distribuição em massa. O contexto foi demarcado por sistemas hierarquizados, alta especialização do trabalho e relações verticais de comando.

A partir dos anos 1980 a atitude gerencial voltou-se para o cooperativismo, formação de redes de comunicação que integram fornecedores, usuários e empresas competidoras no mercado em torno de projetos de desenvolvimento. Neste momento

histórico os modelos taylorista/fordista, do homem utilitário, já não se adequavam às novas necessidades econômicas. Se a ideologia da produção em série, característica da sociedade industrial, tinha como princípio a produção massificada e o acúmulo de capital como forma de criar riqueza, na nova sociedade, o conhecimento passou a configurar o mais importante recurso de agregação de valor aos produtos.

Na atualidade social vivenciamos uma fase de transição que parte da sociedade industrial (centralizada) para uma nova sociedade da informação (descentralizada). O momento é de transcender os princípios da era industrial, provocando o abalo de teorias já consolidadas. Nesse contexto de crise, desenvolve-se o conceito de *sociedade do conhecimento* como novo paradigma sócio-econômico. Nele, o modelo de produção baseia-se em um ponto de vista sistemático e integrativo, no qual os processos devem ser vistos em sua totalidade, não podendo ser fracionados e isolados. Conectividade, integração e simultaneidade em tempo real são os pressupostos que suportam este novo paradigma de produção.

Para Toffler (1990), as prospecções para o futuro são de empregos desafiadores, que exijam o pensamento crítico e criativo para elaborar estratégias e lidar com mudanças cada vez mais constantes. A descentralização - também característica da nova dinâmica social - inclui os trabalhadores de modo ativo na tomada de decisões e compartilhamento de ideias que possam promover melhorias. Neste sentido, não há mais as relações sustentadas pelo comando e controle e ao valor dos produtos é agregado o conhecimento neles embutido.

Frente aos processos de transformação que vêm ocorrendo na economia, na política e na cultura a expressão utilizada para se referir ao novo cenário, sociedade do conhecimento, ou do inglês *knowledgesociety*, surgiu no vocabulário acadêmico, no final da década de 1990. Para a UNESCO (2008), o termo busca incorporar uma concepção não ligada apenas à dimensão econômica, mas sim abrangendo o campo social, cultural, político e institucional. Ou seja, trata-se de uma concepção pluralista que lida de forma sistêmica com as mudanças complexas e dinâmicas que estão ocorrendo de uma maneira pela qual o conhecimento passa a ser importante para o desenvolvimento de todos os setores sociais.

Peugeot e Pimenta (2005) trazem que o saber deve ser compartilhado, descentralizado, haja vista que este não é de propriedade particular das pessoas. Assim, de acordo com Porter (1990), a competitividade ganha novas facetas na *sociedade do conhecimento*, uma vez que os agentes econômicos passam a se relacionar de modo

interdependente, através da relação de troca, de comunicação, que é o que os diferenciam.

A inovação das empresas depende muito mais do intercâmbio de conhecimentos do que dos recursos tecnológicos. Desta forma, a interação entre os agentes viabiliza a construção de inovações a partir de novas aprendizagens. Isso permite dizer que a inovação tecnológica não é o ponto central da nova forma de economia, o que ganha destaque é o conhecimento, o processamento de informações e a comunicação que juntos formam uma cadeia retroalimentativa promotora de inovações e reinvenções.

Peugeot e Pimenta (2005) também comentam sobre a sociedade do conhecimento enfatizando a importância da criatividade, da utilização e compartilhamento de saberes, para que as comunidades possam utilizar ao máximo suas possibilidades e para a promoção do desenvolvimento humano e tecnológico.

Neste enfoque se entende que a nova etapa do desenvolvimento humano, na qual já entramos, se caracteriza pelo predomínio do alcance da informação, da comunicação e do conhecimento na economia e no conjunto de atividades humanas. Sob a perspectiva deste enfoque, a tecnologia é o suporte que desencadeou uma aceleração deste processo; mas não é um fator neutro, nem seu rumo é inexorável, posto que o próprio desenvolvimento tecnológico também é orientado por jogos de interesses.

Nesta perspectiva, Peugeot e Pimenta (2005) afirmam que as políticas para o desenvolvimento da sociedade da comunicação devem ser centralizadas nos seres humanos, conforme suas necessidades e dentro de um contexto de direitos humanos e justiça social. Em outras palavras, o fundamental é a sociedade, os seres humanos, as culturas, as formas de organização e a comunicação. A informação é determinada conforme a sociedade, e não ao contrário.

Isto posto, pode-se verificar que conforme o mundo se modifica paralelamente, os modos de organização do trabalho também. As transformações foram auxiliadas pelos avanços tecnológicos que permitiram transpor o modelo social até se chegar à sociedade do conhecimento demarcada por um viés mais integral e essencialmente humano, num projeto social respaldado no compartilhamento das informações, pela comunicação enquanto processo participativo e interativo e do conhecimento como construção social que deve ser compartilhado. Nesse cenário as tecnologias servem apenas de suporte para tudo isso, sem que se convertam em um fim em si.

Percebemos que nesta nova Era, o valor dado ao homem sugere resgatá-lo da coisificação a ele imposta pela Era Industrial. No entanto, se focarmos somente por um

lado, enalteceremos o conhecimento compartilhado, a construção em rede, o poder criativo e a facilidade de acesso às informações como um processo humanizante.

Analizando a questão do conhecimento a partir da compreensão sartriana sobre a relação deste com a consciência, podemos inferir que bem provável o homem continua sendo objetivado tal qual na Era Industrial. Vejamos: para Sartre (1997) consciência e conhecimento não são as mesmas coisas. Todo conhecimento é consciência, mas o inverso não é verdadeiro.

A consciência é entendida por Sartre como um nada, que será consciência somente quando se volta para alguma coisa, sendo assim consciência de algo. Esta se divide em consciência irreflexiva, que é aquela que posiciona algo no mundo, mas não é posicional de si, e consciência reflexiva, que se divide em consciência espontânea ou cúmplice e consciência crítica. Na consciência espontânea ou cúmplice, vimo-nos implicados com o que posicionamos no mundo, tal como posso falar sobre “Tenho conhecimento de algo”. Mesmo sendo cúmplice com o que posiciono no mundo, no caso o conhecimento, a consciência ainda continua não posicional de si, para tal ela precisará posicionar o como conhece o conhecimento.

É esta possibilidade à reflexão que proporcionará condições às pessoas de filtrarem as informações que chegam a elas com facilidade e rapidez, inclusive aquelas relacionadas ao consumo. Caso contrário, o conhecimento será somente posicionado no mundo, sem que haja uma consciência crítica sobre como o visto.

Diante esta questão, pontuamos a necessidade de cautela ao se trabalhar com o processo de aprendizagem em organizações. Uma organização em constante aprendizagem não se designa somente pelo conhecimento adquirido, mas também pela conscientização que se tem deste. Para tanto, acreditamos que o enriquecimento da aquisição da informação e produção do conhecimento, perpassa pelo trabalho de promover a consciência crítica.

Referências

Bernheim C. T. & Chauí M. S (2008). *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferencia mundial sobre educação superior*. Brasília: Unesco.

Burch, S. (2005). Sociedade da informação / Sociedade do conhecimento. In: Ambrosi A, Peugeot V. e Pimienta D. *Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação*. C & F Éditions. Disponível em: <http://vecam.org/article519.html>.

Hobsbawm, E. J. (1996). A era dos impérios: 1875-1914. 8. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Meyer (2006, julho-agosto). Dossiê os Novos Alquimistas. A nova era da complexidade (entrevista com Chris Meyer). *Hsm management*, n. 57, p. 56-62.

Porter, M. (1990, março-abril). The Competitive Advantage of Nations. *Harvard Business Review*, 73-93.

Sartre, J. P. (2005). *O Ser E O Nada. Ensaio De Ontologia Fenomenologica*; Editora Vozes; 13ª Edição.

Tofler, A. (1990). *Powershift: as mudanças do poder*. Rio de Janeiro, Record.